

Governo ainda não mediu efeitos

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

O governo ainda não conseguiu dimensionar com clareza os resultados do próximo pacote de medidas sobre os diversos segmentos da economia, embora já tenha certeza de que os sacrifícios precisam ser distribuídos entre a sociedade para evitar um agravamento das tensões sociais no país — revelou ontem uma fonte do Ministério da Fazenda, ao comentar as decisões que vêm sendo preparadas tanto na área financeira (elevação dos juros agrícolas e para exportação, redução do Imposto sobre Operações Financeiras e extinção dos limites de crédito) quanto na área fiscal (aumento do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas etc.) e de administração das estatais.

Os técnicos da Secretaria da Receita Federal (SRF) continuam trabalhando nos cálculos sobre as diversas alternativas para aumentar o imposto de renda e para efetivamente taxar os ganhos de capital, enquanto no Banco Central a ordem é terminar no final de semana as projeções relacionadas com a expansão monetária em consequência da liberação do crédito bancário, de maneira a se formar um quadro completo com as outras medidas em preparação para que no máximo até terça-feira a Seplan possa concluir as avaliações. Oficialmente o Conselho Mo-

netário Nacional ainda não tem data marcada para se reunir, mas isto deve acontecer na próxima quarta-feira.

IMPOSTOS

No Ministério da Fazenda já se tem como certo que a redução das alíquotas do IOF de 4,8% para 1% — ou mesmo sua eliminação — não terá consequência negativa sobre o orçamento fiscal, mesmo porque o secretário da Receita, Francisco Dornelles, já estimava reservadamente um aumento na arrecadação de Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em tal proporção que não seria preciso mais a contribuição do imposto sobre operações financeiras para manter o equilíbrio entre receita e despesa.

Na área financeira esta medida é considerada oportuna, pois permitirá aos bancos reduzir imediatamente o custo final das suas aplicações, contribuindo para baixar um pouco as taxas de juros. Outra contribuição mais importante para este objetivo é a decisão do Banco Central de compensar o sistema financeiro através da extinção dos atuais limites para a expansão dos empréstimos. Os bancos estaduais já se manifestaram contra a extinção apenas para o sistema bancário privado, e é provável que o CMN estenda a decisão para todas as instituições exceto

os bancos federais (Banco do Brasil etc.).

Por outro lado os bancos seriam afetados pela antecipação do imposto de renda devido este ano, bem como pela taxaçaõ dos ganhos de capital no Imposto de Renda e incidência de mais 3% na alíquota deste tributo quando se tratar de rendimentos obtidos através de aplicações no mercado aberto. A antecipação obrigatória do IR para os bancos é tida como uma medida que já está acertada dentro do governo, de acordo com fontes do Ministério da Fazenda e com representantes do setor financeiro privado, embora ainda não se saiba como será feita a fiscalização das aplicações de pessoas físicas no open market.

Há também indefinições quanto à retirada de parte dos subsídios atualmente embutidos no crédito ao setor exportador, embora o próprio diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, Carlos Viacava, já tenha manifestado a opinião de que os exportadores verão com "compreensão" a alteração nas taxas dos créditos a exportação, desde que se mantenha uma certa proporcionalidade com os índices efetivos da inflação. A preocupação maior do governo é evitar que o aumento das taxas tenha reflexos negativos sobre o desempenho das exportações, inviabilizando assim a meta do superávit comercial de US\$ 6 bilhões este ano.